

CAÇANDO COM GATO

RAÇA, MESTIÇAGEM E IDENTIDADE PAULISTA NA OBRA DE ALFREDO ELLIS JR.

John Manuel Monteiro

RESUMO

Através de sua extensa obra historiográfica, Alfredo Ellis Jr. desenvolveu uma elaborada teoria do papel do cruzamento étnico na formação social, intelectual e psicológica dos paulistas. Buscando sustentação em diversas correntes do evolucionismo e da eugenia, Ellis aprofundou as bases "científicas" de todo um corpo de noções que entrelaçavam a mestiçagem e a identidade regional. Ao sublinhar a forte presença dos índios tupi — e a correspondente ausência de tapuias e negros — na mestiçagem colonial paulista, Ellis procurou estabelecer raízes históricas para a especificidade do caráter dos paulistas, assim fundamentando seu papel de liderança na República e justificando seus anseios autonomistas.

Palavras-chave: Alfredo Ellis Jr.; mestiçagem; história de São Paulo; historiografia.

SUMMARY

Alfredo Ellis Jr., author of a vast number of historical works, developed an elaborate theory for the role of ethnic mixture in the social, intellectual and psychological formation of São Paulo. Basing his assumptions on different currents of evolutionism and eugenics, Ellis sets a "scientific" foundation for a whole body of ideas tying miscigenation to regional identity. In emphasizing the Strong presence of Tupi Indians — and a corresponding absence of Tapuia Indians and blacks — in the process of race mixture in colonial São Paulo, Ellis sought to establish the historical roots for the peculiar character of the Paulistas, thus explaining São Paulo's prominent economic role in the Republic as well as justifying the movement in favor of state autonomy.

Keywords: Alfredo Ellis Jr.; miscigenation; History of São Paulo; Historiography.

"Quem não tem cão, caça com gato." Era com este ditado que Alfredo Ellis Júnior explicava a elevada presença do índio — ou, talvez melhor dizendo, da índia — na história de São Paulo, fator que emprestava à experiência paulista um caráter específico no quadro geral da mestiçagem brasileira. Elaboradas num período de aguçada tensão entre as forças políticas e econômicas regionais e o Estado nacional, as primeiras obras de Ellis destacavam-se pelo seu tom polêmico e pela audácia das teses avançadas, na tremenda enxurrada de novos estudos exaltando os antigos paulistas, agora bandeirantes. Ao contrário de seu mestre Afonso d'Escagnolle Taunay, cuja vastíssima obra constituía uma desordenada crônica de fatos, eventos e personagens pitorescos, Ellis Jr. ambientou o

A primeira versão deste artigo foi apresentado no XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro de 1993. Agradeço aos colegas do Seminário "Raça e Mestiçagem no Pensamento Social Brasileiro", realizado ao longo do ano no Cebrap, por seus comentários e críticas.

bandeirante, e sobretudo a mestiçagem, num contexto cientificista tão emaranhado quanto a densa mata penetrada pelos mesmos sertanistas. Lançando mão de uma verdadeira floresta de pressupostos evolucionistas, no que pesavam as teorias abraçando o papel determinista da raça e do meio físico, Ellis esforçou-se para mostrar as bases científicas e históricas da especificidade do caráter paulista, que fundamentavam seu papel de liderança econômica na República e justificavam seus anseios autonomistas.

Este ensaio tem por objetivo analisar a obra de Alfredo Ellis Jr., enfocando particularmente seus postulados referentes à mestiçagem. Autor pouco estudado — foi objeto, até agora, de dois estudos enaltecendo e acríticos e de parte de uma tese de doutorado sobre o "mito" bandeirantista¹ —, Ellis publicou dezenas de estudos históricos, abrangendo artigos na imprensa paulistana, livros de circulação nacional e os famosos *Boletins* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de várias obras de ficção e propaganda. Aqui serão abordados os livros publicados na década de 1920 e reeditados, na série *Brasiliana*, na de 30, com emendas polemizando com autores como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. São estes *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* e *Raça de gigantes*, este último reeditado como *Os primeiros troncos paulistas*².

Alfredo Ellis Júnior, vida e obra

Alfredo Ellis Júnior nasceu em 1896 na fazenda Santa Eudóxia, município de São Carlos, uma das mais prósperas regiões da cafeicultura paulista. Por parte da mãe, Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno, era descendente das mais conceituadas famílias da antiga capitania de São Vicente, incluindo-se entre seus antepassados Amador Bueno da Ribeira, o famoso Aclamado. O pai, filho de um imigrante inglês e formado nos Estados Unidos, foi senador da República por São Paulo. Estudou, entre 1907 e 1911, no Colégio São Bento, onde Afonso d'Escagnolle Taunay, então professor, despertou seu interesse pela história universal e de São Paulo. Porém, a partir de sua formação, em 1917, pela Faculdade de Direito de São Paulo, dedicou-se antes a uma carreira jurídica, sendo promotor público em Limeira e em São Carlos.

Seu interesse pela história tomou um novo rumo com a publicação, sob o estímulo de Washington Luís, dos primeiros volumes dos *Inventários e testamentos*, a partir de 1920, pela Imprensa Oficial do Estado. Para Ellis, graças a esse "preciosíssimo arquivo genealógico [...] é possível fazer-se o que talvez nenhum outro povo no mundo consiga, isto é, a reconstituição da marcha biossociológica do homem no planalto piratiningano" (*Primeiros troncos*, p. 15).

Lançando um olhar novo sobre o passado paulista, Ellis divulgou os primeiros frutos de suas investigações já em 1922, apresentando duas teses ao Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de

(1) Matos, Odilon Nogueira de. "Alfredo Ellis Júnior e a historiografia paulista". *Notícia bibliográfica*, Campinas, nº 5, 1969; Ellis, Myriam. "Prefácio a segunda edição". In: Alfredo Ellis Júnior e Myriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. 2ª ed. São Paulo: Academia Paulista de Letras (Biblioteca APL Vol. II), 1979; e Abud, Kátia Maria. *O sangue intimo-rato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de doutorado inédita, FFLCH-USP, 1985.

(2) *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Tip. Piratininga, 1924 (2ª ed., Companhia Editora Nacional, 1938); *Raça de gigantes*. São Paulo: Editora Novíssima, 1926; *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. No correr deste texto, cito da 2ª ed. de 1976.

Janeiro para marcar o centenário da Independência³. No ano seguinte, mediante os "bons ofícios" do antigo mestre Taunay, Ellis ingressou na redação do *Correio Paulistano*, jornal que contava com a colaboração de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, entre outros. De acordo com as suas memórias inéditas, "Roteiro da minha vida", este evento "foi o primeiro degrau na escalada da minha carreira política e literária, bem como da ascensão como historiador, pois data dos meus artigos semanais"⁴. De fato, foram os artigos publicados nesse diário e na edição paulista do *Jornal do Comércio* que resultaram nos primeiros livros importantes do autor, *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926).

Ao mesmo tempo, através de sua árdua defesa de interesses paulistas nesses mesmos artigos, Ellis alcançou suficiente notoriedade para ser eleito à Assembléia Legislativa Estadual, pelo PRP. Na legislatura, produziu estudos e projetos referentes à economia cafeeira e aos transportes, sempre calcados em sua reflexão sobre a história de São Paulo. Com o fechamento da Assembléia em decorrência da Revolução de 1930, Ellis passou a ganhar a vida lecionando em ginásios da capital e escrevendo livros didáticos para as áreas de história, geografia, estatística, biologia e higiene. Em 1931, junto com Carlos Pinto Alves, Tácito de Almeida, Rubens Borba de Moraes e outros, participou da fundação da Liga de Defesa Paulista, "uma das agremiações mais destacadas e agressivas da Guerra Cívica de 32". Escreveu o "livro doutrinário" *Confederação ou separação*, além de discursos, artigos de jornal e "fartíssimo material de propaganda". Em 32, com 36 anos, quando perguntado se ia participar da luta armada, respondeu:

Mas é claro. Incitei esta vibrante mocidade paulista a arriscar suas vidas, como eu poderia deixar de ir na frente? Eu não sou homem de retaguarda, que fica fazendo discursos no rádio ou nas arcadas da Faculdade de Direito, a proclamar-se "paulista de 400 anos". O meu paulistanismo eu afirmo nas trincheiras, de fuzil nas mãos⁵.

Nas trincheiras ou, melhor, no espigão do Divino Mestre, em Cunha, no vale do Paraíba, levou um tiro e voltou para São Paulo "estendido em uma padiola". Apesar de tão decepcionante desfecho, não há dúvida quanto ao impacto de sua participação na "Guerra Cívica" sobre sua trajetória pessoal e intelectual, com evidentes reflexos na sua produção historiográfica. Foi novamente eleito deputado em 1935, para a Assembléia Constituinte Estadual, onde "me celebrei pela agressividade ferina com que defendi encarniçadamente minhas teses, idéias, princípios e postulados". Foi este também o tom dos prefácios às segundas edições de *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* e *Raça de gigantes* — revisto e aumentado como *Os primeiros troncos paulistas* — ambos ganhando projeção nacional através da coleção *Brasiliiana* da Companhia Editora Nacional.

(3) Os trabalhos apresentados publicados em 1927 em números especiais da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tinham como tema "Alguns paulistas dos séculos XVI e XVII e 'Novas bandeiras e novos bandeirantes'", ambos estribados na leitura dos documentos recém-editados pelos governos estadual e municipal.

(4) As citações do "Roteiro" foram tiradas de M. Ellis, "Prefácio", op. cit., p. 13.

(5) "Roteiro", in M. Ellis, op. cit. pp. 20-1.

Após o golpe de 1937, quando seu mandato na Assembléia foi novamente interrompido, contou mais uma vez com a mão do mestre Taunay para avançar sua carreira. Ao assumir a direção do Museu Paulista, em 1938, Taunay abriu espaço para Ellis na Faculdade de Filosofia da USP, na cadeira de História da Civilização Brasileira, onde se tornou catedrático no ano seguinte, defendendo a tese *Meio século de bandeirismo*⁶. Permaneceu na cadeira até 1956 quando, por razões de saúde, foi obrigado a se aposentar, permanecendo às margens da vida intelectual e política do país até seu falecimento em 1974.

Conforme anota Myriam Ellis, em seu breve estudo sobre a vida e obra de seu pai, a produção intelectual de Alfredo Ellis Júnior pode ser dividida em duas fases distintas, com seu ingresso na Faculdade de Filosofia servindo de divisor de águas. Na primeira, fez uma vigorosa contribuição ao debate em torno da problemática da mestiçagem e, sobretudo, à historiografia regional, através de uma interpretação esmiuçada do movimento sertanista no período colonial. Já na segunda, graças em parte à fácil divulgação através do *Boletim* da FFCL, passou a sistematizar e mesmo banalizar suas principais doutrinas e hipóteses em cansativos esquemas didáticos, reproduzindo de obra em obra velhas afirmações, frases de efeito e, às vezes, parágrafos inteiros.

Ao mesmo tempo, porém, Ellis aproveitou esta fase de intensa produção — entre 1939 e 1951 publicou treze livros, além de outros estudos mais curtos — para enxertar comentários combatendo as conclusões de outros autores e para modificar, com sutileza, algumas posturas anteriores. Fazia-o, às vezes, ao sabor dos tempos: no *Resumo da história de São Paulo*, escrito em 1942, recuou das afirmações racistas publicadas por ele anteriormente, lavando as mãos diversas vezes. "Eu não sou adepto das idéias de Gobineau [...] Não julgo o negro um ser inferior [...] não sou filiado à teoria da superioridade racial, a qual, hoje, com Hitler, tem grande aplicação"⁷.

Percebe-se, contudo, nesta fase de sistematização didática, aliás orientada para o programa de estudos de História da Civilização Brasileira na FFCL, uma maior elaboração daquilo que seria uma teoria da história de São Paulo. Ellis aprofundava manifestações anteriores sobre a impossibilidade de se escrever uma história do Brasil, a não ser através de um ângulo regional, perspectiva essa que ganhou muitos adeptos em São Paulo: basta lembrar que o lema do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo resumia-se em "a história de São Paulo é a história do Brasil"⁸. O próprio Ellis, reagindo à acusação de ser "regionalista em exagero", já havia sentenciado: "É porque não acho que há história do Brasil, como um conjunto homogêneo"⁹.

De fato, a partir da década de 40, sua esquematização da história de São Paulo introduziu um novo quadro de referência, que redundou em não poucas incoerências e contradições. Ao lado do determinismo racial e geográfico, surgiu então um determinismo econômico, sintetizado na "equação algébrica", frequentemente repetida, de "E (Produção) = T (ambiente geográfico + ambiente social) + M (mão-de-obra) + C (capital) + t (transporte) + c (consumo)". Este recurso didático parecer ter tido ressonância na sala de aula, a julgar pelo trabalho de curso de dois alunos,

(6) Essa tese foi publicada em 1939 pela Companhia Editora Nacional.

(7) Ellis Jr., Alfredo. *Resumo da história de São Paulo. Quinhentismo e seiscentismo*. São Paulo: Rothschild, Loureiro e Cia., 1942, p. 196.

(8) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, nº 1, 1895, p. 1.

(9) Ellis Jr., Alfredo. *O bandeirismo e o recuo do meridiano*, p. 23.

que Ellis resolveu publicar num dos *Boletins*: "Sabemos todos nós que toda produção humana está subordinada à seguinte equação [...]"¹⁰.

A concepção ellisiana da história paulista, que estabelecia cânones que até hoje permanecem na historiografia regional, orientava-se por três pressupostos fundamentais: o isolamento do planalto durante todo seu período formativo, o caráter específico da mestiçagem luso-indígena (e a correspondente ausência do negro africano) e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista. Desenvolveu este quadro dentro de uma perspectiva explicitamente comparativa, contrapondo a experiência colonial paulista à nordestina. Apresentada em forma de resumos didáticos a partir de sua ida para a Faculdade de Filosofia, sempre se remeteu às primeiras obras, que se fundamentavam em leituras e discussões científicas da mais variada natureza. Neste sentido, para recuperar a "originalidade" da obra de Alfredo Ellis Jr., sobretudo no que diz respeito à dimensão regional da mestiçagem — peça chave de sua visão da história —, vale a pena revisitar os trabalhos anteriores, aliás de maior impacto sobre o cenário nacional, sobretudo *Os primeiros troncos paulistas*.

Uma (sub) raça de gigantes

Desde os tempos coloniais, o tema da mestiçagem teve um papel de destaque nos comentários e análises em torno das origens da sociedade paulista. Objeto de severa censura por parte dos primeiros jesuítas, que viam nas relações promíscuas do concubinato a perdição da colônia, a mestiçagem luso-indígena e seu principal produto — o mameluco¹¹ — ganharam considerável notoriedade a partir do século XVII, com as peripécias dos sertanistas de São Paulo, quando os termos mameluco e paulista praticamente se confundiam. Fora do restrito âmbito dos genealogistas e memorialistas de São Paulo, contudo, estes personagens eram associados, geralmente, às violências praticadas contra os índios e contra as missões jesuíticas das terras castelhanas.

Com o advento da República, a despeito de um certo pessimismo que reinava nos círculos cientificistas quanto ao futuro de uma nação mestiça¹², alguns intelectuais e estadistas de São Paulo buscaram redimir o passado paulista de tão má fama. Resgatando, em primeiro plano, o antepassado tupi, através da acalorada polêmica em torno dos Guaianá¹³, passaram, em seguida, a elevar o bandeirante a uma estatura homérica e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto como um dos poucos exemplos na história em que absolutamente tudo deu certo. Os governos estadual e municipal (da capital), gozando de receitas vantajadas correspondentes ao acelerado crescimento econômico, promoveram a edição de uma vasta quantidade de documentos e estudos históricos, através de publicações seriais e de revistas das repartições públicas que, junto com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, deram vazão a uma ampla

(10) Costa, Gerson e Éli Piccolo, "Considerações sobre o estado econômico do planalto no século XVII. Suas causas e suas consequências". In: *História da Civilização Brasileira* n° 4 (Boletim FFCL XLII), 1944.

(11) O termo *mameluco* tem causado certa polêmica desde os tempos coloniais. Ainda no século XVII, escritores jesuítas alegaram que a expressão se remetia aos *mamluks* do Oriente Médio, os escravos-soldados islamizados que chegaram a controlar o Egito antes da conquista otomana. No entanto, os vocabulários portugueses-língua geral, dos primeiros séculos da colonização, bem como os estudos lingüísticos posteriores, denunciaram a origem tupi do termo. É interessante notar, ainda, que a grafia predominante na documentação colonial é *mamaluco*, prática adotada também por Sérgio Buarque de Hollanda em *Caminhos e fronteiras*, 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, pp. 13 ss.

(12) Ver, a respeito, a recente obra de Lília M. Schwarcz, *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

(13) Monteiro, John Manuel, "Tupis, Tapuias e a história de São Paulo: revistando a velha questão guaianá". *Novos Estudos* n° 34, 1992, pp. 125-35.

variedade de discussões científicas e historiográficas voltadas para o conhecimento do passado regional.

As primeiras obras de Alfredo Ellis Júnior surgiram no auge desse surto regionalista, que corria paralelamente às manifestações modernistas que brotavam em São Paulo na mesma época, movimentos que convergiam em alguns pontos e em alguns autores, mas que divergiam de modo significativo em termos de suas interpretações da nação e da nacionalidade. Ellis, sobretudo após os eventos de 32, não deixava dúvida quanto ao viés regionalista. No prefácio a *Os primeiros troncos paulistas*, escrito em 1934, declarou: "Os assuntos cujo objetivo meu é esclarecer são exclusivamente paulistas" (*Primeiros troncos*, p. 3).

Nesta obra, uma reelaboração de *Raça de gigantes*, o autor também contesta as visões do Brasil propostas por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Segundo ele, o "erudito sociólogo fluminense" representou mal o passado colonial paulista, pois "em falta de elementos, teve que se estribar, ao reconstituir o seu tipo sociológico, no paulista do século XIX que, em plena fase da cultura cafeeira, se alastrou senhorialmente pelo vale do Paraíba" (*Primeiros troncos*, p. 4). A crítica feita ao "erudito escritor nortista" foi mais seca: "*Casagrande e senzala* descreve o Norte mas ignora o Sul" (p. 5). Para Ellis, os contrapontos do Nordeste açucareiro colonial e do Centro-Sul cafeeiro do século XIX, marcados pelo patriarcalismo aristocrático, pela comercialização do produto e pela presença do escravo africano (e da mestiçagem daí decorrente), serviram de referenciais para balizar sua interpretação do "agregado humano civilizado" que se desenvolveu no planalto paulista: democrático, empreendedor, auto-suficiente, fruto da feliz mescla entre portugueses e índios.

De fato, é na obra de Ellis que o mameluco surge de alma lavada, assumindo um papel histórico sem paralelos no passado colonial. Em *Raça de gigantes*, após discutir a gênese deste notável personagem, chega à seguinte conclusão:

Seja, porém, como for, a verdade inconcussa é que os mamelucos paulistas constituíram uma sub-raça fixa, eugênica, com os seus atributos inigualáveis de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade. Foram eles, sem dúvida, os coeficientes causadores da grandeza dos feitos dessa que Saint-Hilaire apelidou raça de gigantes! (Primeiros troncos, p. 53)

Sub-raça fixa e eugênica, antepassados dos heróicos combatentes de 1932, faltava aos mamelucos, porém, uma fundamentação científica capaz de se contrapor ao pessimismo dos arautos do evolucionismo racista¹⁴. Mais exatamente, cabia a Ellis conformar o caráter específico da mestiçagem paulista aos postulados cientificistas que ele próprio esposava e divulgava, através de livros didáticos nas áreas de biologia, geografia e higiene. Resumindo, "tratei de buscar aplicar os ensinamentos científicos colhidos em vários departamentos do saber huma-

(14) Roberto Ventura discute de forma interessante a questão do "reajuste" de teorias exógenas no contexto brasileiro, "como tentativa de eliminar a contradição entre a realidade étnica brasileira, o racismo científico e o liberalismo progressista". A mestiçagem, neste contexto, ao invés de condenar o Brasil ao atraso e à barbárie, seria o "modo de escapar à armadilha determinista" dos pensadores pessimistas. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 51-2 e 58-62.

no ao que tem ficado certo de pesquisas que eu mesmo realizei nos arcanos do passado de Piratininga" (*Primeiros troncos*, p. 9).

Citando uma verdadeira multidão de cientistas e teóricos europeus, Ellis apresenta um quadro no qual pesam o ecletismo e, em certo sentido, a desatualização. A abordagem que prevalece, espelhando o hibridismo de seu objeto de estudo, lança mão das principais tendências que balizavam o paradigma evolucionista no último quartel do século anterior: "Não me estribo apenas no ambiente geográfico. Procuro um ecletismo entre os deterministas do meio físico e os adeptos das raças como fator humano" (*Primeiros troncos*, p. 2).

É o segundo fator, realmente, que orienta sua avaliação da matéria-prima indígena que contribuiu com uma das matrizes para o almejado mameluco. Dando sequência aos estudos e discussões que povoaram as revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista nos anos iniciais da República, que buscavam afirmar as origens tupi da sociedade paulista, Ellis também emprestou da antropologia física, sobretudo da antropometria, todo um vocabulário científico que apontava em uma única direção: o índio do planalto se adequava perfeitamente ao projeto eugênico da raça de gigantes. Ele próprio mediu "um crânio guaianá", oriundo de uma igaçaba encontrada nas obras da Companhia Antarctica Paulista, no início deste século, resumindo os resultados da seguinte maneira: "Este crânio guaianá é mesatocéfalo, com um índice de 78, mesorrino e megasemo, apresentando, porém, vestígios da raça da Lagoa Santa, em virtude do seu diâmetro basilobregmático, que dá ao crânio uma altura maior do que a dos tupis do Sul, mesatocéfalos" (*Primeiros troncos*, p. 32)¹⁵.

Já a outra matriz, enfrentando os embates da seleção natural, teve mais trabalho para chegar no planalto:

Não fosse o núcleo primeiro de povoadores paulistas composto de indivíduos filtrados pelas seleções que atravessaram na Ibéria e na emigração da Ibéria, não teriam eles conseguido galgar o altiplano de Paranaíacaba e ali produzir os fenômenos de que somos hoje estudiosos envaidecidos (*Primeiros troncos*, p. 2).

Vencido o meio físico hostil, este punhado de sobreviventes da "struggle for life" mostrava-se pronto para dar início à mestiçagem paulista, situação que Ellis relatava com certo entusiasmo:

Imagine-se o lusitano, ardoroso, descendente do arabo-berber muçulmânico, imigrado solteiro, livre de escrúpulos e de preconceitos, longe do mulherio branco, em meio rude, agreste e licencioso, como deveria ter ele abusado do fêmea indígena, no planalto paulista! (*Primeiros troncos*, p. 15).

(15) De acordo com Stephen Jay Gould, a craniometria já se achava bastante ultrapassada na época em que Ellis escrevia. *A falsa medida do homem*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Mesmo assim, Ellis tinha, ainda, o projeto de medir os restos mortais — sobretudo o crânio — de Tibiriçá, chefe local da época da primeira colonização. Esses ossos haviam sido trasladados para a Catedral da Sé em 1933, onde também se abrigavam os restos "do grande Feijó". Para Ellis, faltava reunir os ossos dos principais bandeirantes, "formando assim o Panteão Paulista" (*Primeiros troncos*, p. 33).

Não foi, contudo, um processo indiscriminado, pois estes pioneiros ainda foram submetidos a uma outra etapa seletiva. Os colonizadores arabo-berberes teriam favorecido as parceiras mais adequadas: "Apesar de raças diferentes, a formosura de algumas índias, do que nos dão testemunho os mais velhos cronistas, teria sido um excelente convite a essas ligações, operando-se, assim, *uma seleção sexual eugênica*, entre os mamelucos" (*Primeiros troncos*, p. 35, ênfase minha). Ainda assim, "estudando com espírito de análise essa mestiçagem produtora de mamelucos", Ellis é forçado a confessar que a maioria dos "cruzamentos euro-índigenas" foi fortuita e acidental, "ligações [...] às vezes vendadas pelo mistério, mas que produziam enorme número de bastardos". De fato, embora não comprovasse a "formosura" das índias envolvidas, Ellis relaciona diversos paulistas antigos que tiveram até vinte filhos mestiços.

Se estes primeiros encontros serviam para explicar a gênese do mameluco, Ellis identificava, ao menos em seus primeiros trabalhos, a evolução do mesmo mameluco com o sertanismo paulista, o outro grande tema historiográfico por ele abordado. Ambientando o índio numa série de imagens mesológicas, Ellis mostrava com clareza a relação entre o bandeirantismo e a mestiçagem em São Paulo:

Milhares e milhares de indivíduos de brônzea raça, trazidos com ânsia dos sertões bravios, aqui tapetaram o nosso incipiente povoamento de espessa camada étnica [...] Foi um caudalossíssimo sistema potamográfico a desaguar, durante duzentos anos, no nosso planalto, sedimentando-o de gente aborígena (*Primeiros troncos*, p. 13).

Esta questão, contudo, acabou produzindo uma das maiores incoerências na obra de Ellis. Mais tarde, quando passou a orientar sua interpretação de São Paulo colonial pelo determinismo econômico, o apresamento dos índios tornou-se um problema incômodo. Como explicar a presença de tão elevado número de escravos índios entre os democráticos e auto-suficientes policultores paulistas? Mais grave, como aceitar que a raça de gigantes proviesse da mestiçagem com cativos? A solução, para Ellis — e para Taunay, Washington Luís e outros historiadores paulistas —, foi a de transferir, sem escala em São Paulo, estes cativos diretamente do "império teocrático-jesuítico" para os engenhos do Nordeste que, em decorrência das invasões holandesas, careciam de escravos¹⁶.

Outra incoerência na obra de Ellis surge no tratamento dispensado ao negro. O mestiço paulista não era, segundo Ellis, produto da mescla das três raças tristes, como supunha uma outra vertente da historiografia paulista da época, isto é, a de Paulo Prado e Cassiano Ricardo¹⁷. *Raça de gigantes/Primeiros troncos* propõe um modelo ideal da mestiçagem onde era ínfimo o papel do negro na formação de São Paulo. Isto pode soar estranho vindo de alguém cujo avô — o visconde de Cunha Bueno — foi um dos latifundiários pioneiros da região cafeeira de São Carlos e cujo pai "abolicionista" contava com um plantel superior a cinquenta escravos quando antecipou o 13 de

(16) Ver, sobretudo, Ellis Jr., Alfredo, *Resumo da história de São Paulo* e, do mesmo autor, *Capítulos da história psicológica de São Paulo* (Boletim FFCL LIII, 1945). Analiso esse problema mais a fundo em *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, no prelo, capítulos 2 e 3. Vejam-se também os interessantes comentários, publicados postumamente, de Sérgio Buarque de Holanda, onde ele aponta para o curioso paradoxo de "grande propriedade, pequena lavoura" para explicar a contradição entre grandes plantéis e pouca produção. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 181-2.

(17) A polêmica com Cassiano Ricardo baseou-se na discussão do termo "negro", que nos séculos XVI e XVII designava tanto índios quanto africanos. Ricardo, em "O negro no bandeirismo paulista" (*Revista do Arquivo Municipal*, 47, 1938, pp. 5-46) interpretava o termo como sendo referência a africanos, que a documentação paulista não sustenta, uma vez que se usava o designativo "tapanhuno" ou "negro da guiné" para diferenciar os africanos da massa de "negros da terra".

maio por três anos. Ainda assim, para Ellis, a entrada da população de origem africana no planalto deu-se de forma tardia e esgotou-se rapidamente. Em *Os primeiros troncos*, Ellis esboça este quadro em rápidas pinceladas: após o 13 de maio, "o negro entrou em decadência. O europeu se sedimentou pela emigração intensiva clareando a população" (*Primeiros troncos*, p. 7). Em São Paulo, ao menos, o negro e o mulato eram espécies em extinção.

Para comprovar essa fatalidade, Ellis invertia a argumentação por ele mobilizada a favor do mameluco. De fato, a postura de Ellis diante da mestiçagem com o negro é manifestamente negativa. Atingindo, efetivamente, o planalto apenas no início do século XIX,

os cruzamentos com o negro são tão recentes que entre nós os mulatos disfarçados são raríssimos, imperando em grande maioria os meio sangue, os quarteirões e os oitavões, e nos quais é fácil descobrir-se os estigmas da raça de ébano (*Primeiros troncos*, p. 55)¹⁸.

(18) Sobre esses mulatos, Ellis ainda escreve: "É um tipo de mulato que se disfarça aos olhos do vulgo, mas não escapa ao golpe de vista do cientista" (*Primeiros troncos*, pp. 42-3).

Se o mameluco adaptava-se exemplarmente ao meio áspero do planalto, "o negro e o mulato têm uma mortalidade pela tuberculose pulmonar nove vezes maior do que o branco, no planalto [...] o que prova que o clima planaltino está selecionando o negro e o mulato, poupando o branco que tem o aparelho respiratório mais forte" (*Primeiros troncos*, p. 86). Se a índia, progenitora do mameluco, gozava de taxas de fecundidade fenomenais em suas ligações com o branco — "Onde se poderia encontrar outro povo, apresentando um igual exemplo?" (*Primeiros troncos*, p. 52) —, o mulato paulista caminhava rumo à esterilidade, "coisa que está acontecendo com a gradual eliminação seletiva do mulato, que vai desaparecendo da nossa população". Outorgando a sentença final, Ellis contrastava o cruzamento "homogenésico-disgenésico" do mulato ao "homogenésico-eugenésico" do mameluco, isto é, formador de uma sub-raça dinâmica, selecionada e forte (*Primeiros troncos*, p. 47).

No contexto do debate nacional dos anos 20 e 30, no qual surgiram algumas das mais brilhantes interpretações do Brasil, a oposição mameluco-mulato deixava claro o recado que uma vertente da *intelligentsia* paulista estendia para o resto do país. Base sólida para a evolução racial, psicológica e mesmo econômica de São Paulo, a "sub-raça" paulista "só agora está ameaçada de ser modificada por novo cruzamento com o braquicéfalo italiano (*homo alpinus*) e outros, da grande corrente migratória que nos tem procurado" (*Primeiros troncos*, p. 48). Entusiasmado, Ellis não deixou de notar que esse processo de branqueamento serviria para realçar a diferença entre Sul e Norte:

A população paulista mais clareada, menos mestiçada, mais rica, mais culta foi aos poucos deixando as do Norte a perder de vista e os

pontos de semelhança entre elas foram relegados para o passado remoto [...] Hoje uma profunda diferença separa os agregados humanos estabelecidos no planalto paulista e no Nordeste brasileiro (Primeiros troncos, p. 7).

Para chegar nessa "profunda diferença", Alfredo Ellis Jr. desenvolveu, através de sua extensa obra historiográfica, uma complexa teoria do papel do cruzamento étnico que, pelo menos para um de seus críticos, não passava da falsificação genealógica¹⁹. De fato, ao buscar sustentação em diversas correntes do evolucionismo e da eugenia, Ellis procurou estabelecer as bases "científicas" de todo um corpo de noções que entrelaçavam a mestiçagem e a identidade regional. Dessa intensa mistura de teorias difusas e às vezes desatualizadas surgiu uma visão da história de São Paulo que colocava os paulistas — antigos e atuais — na dianteira da nação. No fim das contas, a exemplo de seus ilustres antepassados, quem caçava com gato era o próprio Ellis.

(19) Vide prefácio de Darcy Ribeiro a Manuel Bomfim. *A América Latina. Males de origem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 15.

Recebido para publicação em dezembro de 1993.

John Manuel Monteiro é pesquisador do Núcleo de história Indígena e do Indigenismo e do CEBRAP. Já publicou nesta revista "Tupis, Tapuias e a história de São Paulo: revisitando a velha questão guaianá" (Nº 34).

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 38, março 1994
pp. 79-88
